



O DESENNOLAR
DA LINGUAGEM

GUY DEUTSCHER

O DESENROLAR
DA LINGUAGEM

Tradução
Renato Basso
Guilherme Henrique May

Revisão técnica
Mario Perini

MERCADO®
LETRAS

Copyright para a língua inglesa: © Guy Deutscher (2005)
Título original em inglês: *The unfolding of language:
the evolution of mankind's greatest invention*

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Deutscher, Guy

O desenrolar da linguagem / Guy Deutscher ; tradução Renato Basso, Guilherme Henrique May; revisão técnica Mário Perini. -- Campinas, SP : Mercado de Letras, 2014.

ISBN 978-85-7591-317-8

1. Linguagem e línguas – Filosofia 2. Linguagem e línguas – Origem 3. Mudanças linguísticas I. Título.

14-03225

CDD-417.7

Índices para catálogo sistemático:

Linguagem : História 417-7

tradução: Renato Basso e Guilherme Henrique May

revisão técnica: Mário Perini

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide

preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

V.R. GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

AGOSTO / 2014

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

Para Janie

maşşar sulmim u balatim ina reşiki ay ipparku

Agradecimentos

Este livro aproveitou-se muitíssimo de vários insights e conselhos de colegas, amigos e familiares. Seus defeitos seriam em um número muito maior se não fosse por sua leitura cuidadosa de versões anteriores. Por sua generosidade ao compartilhar seu tempo e conhecimento, agradeço imensamente a Sasha Aikhenvald, Elanor Coghill, Michal Deutscher, Bob Dixon, Avrahamit Edan, Olga Fisher, Jim Hurford, Tomas Klenke, Bert Kouwenberg, Peter Matthews, Ferdinand von Mengden, Reviel Netz, Nicholas Postgate, Uri Rom, Anette Rosenbach, Katharine Scarfe Beckett, Michael Steen, Peter Steen, Balázs Szendrői, Kriszta Szendrői, Ragnbild Tonnesen.

Agradeço Caroline Dawnay, cujos instintos literários ajudaram a tornar este livro publicável; a Ravi Mirchandani, por sua habilidosa condução editorial; a Sara Bershtel, por sua editoração astuta aos 45 min. do segundo tempo; e a Caroline Knight, Annie Lee e especialmente a Andrea Belloli, por visualizar livro ao longo de sua produção.

Também agradeço às seguintes pessoas por sua ajuda: Jan Gerrit Derksen, Ben Haring, Paul Heggarty, Catherine Heyrendt, Bram Jagersma, Alwin Kloekhorst, Guus Kroonen, Bettelou Los, Robert Meekings, Hans Frede Nielsen, Ségolène Peyer, Sophie von Romburgh, Gerjan van Schaaik, Özlem Schmidt, Claudia di Sciacca, Christina Staffe, Marten Stol, Klaas Veenbof, Jake Wilson.

Muita da pesquisa para este livro foi feita durante uma estadia em St. John's College, Cambridge, e eu tenha uma dívida de gratidão com os Masters e Fellows de St. John's pelo privilégio de trabalhar num ambiente acadêmico tão estimulante.

Meus agradecimentos principais, contudo, são para aqueles cujo encorajamento, discernimento e inspiração foram indispensáveis do começo ao fim: Jan Hendrik Schmidt e, acima de todos, Janie Steen.

G. D.

Amsterdam, dezembro de 2004.

SUMÁRIO

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA	9
PREFÁCIO DOS TRADUTORES	11
INTRODUÇÃO – “ESSA MARAVILHOSA INVENÇÃO”	13
Capítulo 1	
UM CASTELO NO AR	39
Capítulo 2	
MOVIMENTO PERPÉTUO	71
Capítulo 3	
AS FORÇAS DA DESTRUIÇÃO	113
Capítulo 4	
UM RECIFE DE METÁFORAS MORTAS	169
Capítulo 5	
AS FORÇAS DA CRIAÇÃO	207
Capítulo 6	
O ANSEIO POR ORDEM	243
Capítulo 7	
O DESENROLAR DA LINGUAGEM	293

EPÍLOGO	361
MAPA – <i>As principais línguas Indo-europeias</i>	380
MAPA – <i>As línguas semitas</i>	382
Apêndice A – CATEGORIAS CAMBIANTES	385
Apêndice B – LARINGAIS DE NOVO?	397
Apêndice C – O DIABO MORA NOS DETALHES	401
Apêndice D – O CONTRAPONTO DO COZINHEIRO	411
Apêndice E – O ESPELHO TURCO	419
NOTAS	429
GLOSSÁRIO.	459
BIBLIOGRAFIA.	467

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

O livro que você tem em suas mãos é baseado em uma obra publicada originalmente em inglês, intitulada *The Unfolding of Language: the Evolution of Mankind's Greatest Invention*. O texto original é sobre o desenvolvimento das línguas humanas – não sobre o inglês ou qualquer outra língua específica, mas sobre os percursos gerais pelos quais *todas* as línguas passam em sua evolução. Contudo, como o original se destinava a um público falante de inglês, a maior parte dos exemplos que utilizei para ilustrar esses princípios *gerais* veio da história do inglês. Os tradutores fizeram um excelente trabalho ao adaptar para o português, sempre que possível, os exemplos em inglês. Em muitos outros casos, isso não pôde ser feito sem uma reestruturação completa do texto. O resultado, inevitavelmente, é um livro escrito completamente em português, mas no qual o inglês parece ocupar um papel de destaque. Eu gostaria de enfatizar para o leitor que isso não significa que haja qualquer coisa especial quanto ao inglês ou que essa língua seja de alguma forma mais importante ou mais útil do que qualquer outra. O destaque ao inglês se deve ao simples fato de que, no original, escolhi exemplos que os leitores – a maioria, falantes nativos dessa língua – compreenderiam mais facilmente. Se tivesse escrito o livro em português, teria escolhido exemplos do português para ilustrar

os mesmos argumentos e princípios, e haveria poucos exemplos do inglês no livro. Os leitores devem sempre ter isso em mente, e podem, é claro, se divertir tentando pensar em equivalentes em português para os exemplos apresentados em inglês no livro.

Traduzir qualquer livro de uma língua para outra é difícil. Traduzir um livro *sobre* as línguas é um desafio duplamente maior. Traduzir um livro sobre as línguas que se vale constantemente de exemplos de diversas línguas para demonstrar seus argumentos principais... é uma missão quase impossível. Eu gostaria de agradecer meus dois excelentes tradutores, Renato Basso e Guilherme May, não apenas por sua coragem em embarcar nessa tarefa tão difícil, mas pela forma esplêndida como a realizaram e como solucionaram muitos problemas aparentemente insuperáveis.

G.D.

Surrey, Inglaterra
Novembro de 2013

PREFÁCIO DOS TRADUTORES

O livro *The Unfolding of Language: the Evolution of Mankind's Greatest Invention*, traduzido como *O desenrolar da linguagem*, é um daqueles raros livros que podem ser lidos por diversos públicos, desde especialistas a curiosos. É um livro que tem várias camadas e que pode tanto ser informativo quanto provocativo, trazendo conhecimentos consolidados no campo e abrindo caminhos para o estudo de tópicos ainda controversos – e tudo isso é feito com muito humor, exemplos bem escolhidos e imagens esclarecedoras. São essas características que tornam *O desenrolar da linguagem* um livro tão interessante e que nos levaram a traduzi-lo, mas são elas também as responsáveis pela enorme dificuldade envolvida nessa tarefa. O trabalho que fizemos, muitas vezes, envolveu repensar trechos inteiros tendo em mente um leitor brasileiro, mantendo os objetivos do autor e do texto, mas num outro contexto e numa outra língua. Nossa esperança é termos conseguido fazer isso.

Atualmente, no Brasil, não há nenhum material que se assemelhe ao livro de Guy Deutscher, de modo que a presente tradução tem também como objetivo fornecer aos leitores um texto leve mas não superficial que mostra como a Linguística, enquanto ciência que estuda a estrutura, mudança e evolução das línguas, já acumulou um corpo enorme de conhecimento e cresce a largos

passos. É, assim, um convite para conhecer essa fascinante ciência e tudo aquilo que temos a aprender com ela, bem como tudo aquilo que ainda está para se fazer.

A tradução do texto que você tem em mãos foi majoritariamente feita por nós, mas contamos com o auxílio inestimável do prof. Mario Perini, que não apenas leu e revisou versões prévias do texto, mas forneceu diversos exemplos, sugestões e alternativas que em muito melhoraram nosso texto. Sem o auxílio do prof. Perini o resultado final teria perdido muito em qualidade, e por isso, e também pelas conversas sobre os exemplos, gostaríamos de agradecê-lo imensamente. Gostaríamos também de registrar nosso agradecimento a Rodolfo Ilari, Ataliba Teixeira de Castilho, Zilma Gesser Nunes, Roberta Pires de Oliveira e Rodrigo Tadeu Gonçalves, por conversas e exemplos que nos ajudaram nessa empreitada. Obviamente, qualquer erro ou equívoco é de nossa inteira responsabilidade.

Como palavra final, esperamos que você, leitor, se divirta com o texto, aprenda com ele e veja como as línguas naturais são fascinantes e o quanto ainda temos a aprender sobre elas.

Renato Basso e Guilherme Henrique May



INTRODUÇÃO “ESSA MARAVILHOSA INVENÇÃO”

De todas as inúmeras criações do homem, a linguagem deve ocupar um lugar de destaque. Outras invenções – a roda, a agricultura, o pão fatiado – podem ter transformado nossa existência material, mas foi o advento da linguagem que nos tornou humanos. Comparadas à linguagem, todas as outras invenções têm sua importância diminuída, já que tudo o que conquistamos depende e se origina dela. Sem ela, não poderíamos jamais ter embarcado em nossa ascensão a um poder inigualável sobre todos os outros animais e até sobre a própria natureza.

Mas a linguagem está à frente não apenas porque veio primeiro. Por si só, ela é uma ferramenta de extraordinária sofisticação e, ao mesmo tempo, é baseada em uma ideia de uma simplicidade engenhosa: “essa maravilhosa invenção de compor, com vinte e cinco ou trinta sons, essa variedade infinita de palavras que, nada tendo em si mesmas de semelhantes ao que se passa em nosso espírito, não deixam de revelar aos outros todo seu segredo e de fazer com que aqueles que nele não podem penetrar compreendam tudo quanto concebemos e todos os diversos movimentos de

nossa alma”.¹ Foi assim que, em 1660, os renomados gramáticos da abadia de Port-Royal, próxima a Versalhes, exprimiram a essência da linguagem, e desde então ninguém celebrou com maior eloquência a magnitude de seu sucesso. Ainda assim, há um erro, um único, em todos esses hinos de louvor, pois o tributo aos sucessos ímpares da linguagem esconde uma incongruência simples porém crítica. A linguagem é a maior invenção da humanidade – exceto, é claro, que ela nunca foi inventada.

Esse aparente paradoxo está no centro de nossa fascinação pela linguagem, e guarda muitos dos seus segredos. Este livro é também sobre ele.

A linguagem nos parece tão habilmente formulada que é difícil imaginar que ela não seja a obra perfeita de um mestre artesão. De que outro modo esse instrumento poderia conseguir tanto com apenas umas três dúzias de ínfimos punhados de som? Em si mesmas, essas configurações da boca – *p, f, b, v, t, d, m, g, a, e, s* entre outras – consistem em nada mais que algumas cuspidas e barulhos arbitrários, ruídos aleatórios sem qualquer significado, capacidade expressiva ou poder de explicação. Mas passe-os pelas engrenagens da máquina da linguagem, deixe-a ordená-los em algumas sequências especiais, e não há nada que essas correntes de ar sem significado não possam fazer: desde suspirar o interminável fastio da existência (“Esta noite não, Joséphine”²) até desvendar a ordem fundamental do universo (“Todo corpo continua em seu estado de repouso ou de movimento uniforme em uma linha reta, a menos que seja forçado a mudar aquele estado por forças aplicadas sobre ele”³).

1. N.T.: Retirado da tradução brasileira de “Gramática de Port-Royal”, São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 27.

2. N.T.: Suposta frase de Napoleão Bonaparte à sua esposa Joséphine de Beauharnais.

3. N.T.: Primeira Lei de Newton, publicada em 1687, em seu livro *Philosophia Naturalis Principia Mathematica*.

O fato mais extraordinário sobre a linguagem, contudo, é que não é preciso ser um Napoleão ou um Newton para colocar suas engrenagens em movimento. A máquina da linguagem permite que qualquer um – desde os caçadores-coletores pré-modernos na savana subtropical aos filósofos pós-modernos no amontoado suburbano – junte esses sons sem sentido em uma variedade infinita de significados sutis, e tudo isso aparentemente sem o menor esforço. No entanto, é exatamente essa facilidade ilusória que faz com que a linguagem se torne vítima de seu próprio sucesso, pois no dia a dia seus triunfos normalmente não são reconhecidos. As engrenagens da linguagem funcionam de forma tão suave que raramente paramos para pensar sobre toda a engenhosidade e perícia que devem ter sido acionadas para fazê-las andar. A linguagem oculta sua arte.

Em geral, é somente o estranhamento causado pelas línguas estrangeiras, com suas várias características exóticas e incomuns, que nos faz perceber a maravilha que é o *design* da linguagem. Um dos truques mais exibicionistas que algumas línguas conseguem fazer é a habilidade de construir formas incrivelmente longas, expressando em uma única palavra o que em português só poderia ser dito com uma frase inteira. A palavra turca *şebirliştiremediklerimizdensiniz*, para dar um exemplo, quer dizer nada mais nada menos que “você é um dos que nós não podemos transformar em um morador de cidade” (caso você esteja se perguntando, essa monstruosidade é realmente uma palavra, e não várias palavras diferentes amontoadas – muitos de seus componentes não podem sequer funcionar ou aparecer sozinhos). E se isso parece uma bizarrice isolada, então considere o sumério, a língua falada nas margens do rio Eufrates há 5 mil anos pelas pessoas que inventaram a escrita e, assim, deram início à história. Uma palavra suméria como *munintuma'a* (“quando ele o tinha feito adequado para ela”) pode parecer um tanto comedida se comparada ao colosso turco acima. O que impressiona nessa palavra, contudo, não é seu tamanho, mas justamente o contrário: a economia concisa de sua construção. A palavra é feita de diferentes

“compartimentos”:

mu	n	i	n	tum		a	'a
----	---	---	---	-----	--	---	----

, e cada um deles corresponde a uma porção particular de significado. Esse *design* elegante permite que um único som veicule informações úteis; na verdade, mesmo a ausência de um som pode ser mobilizada para expressar algo. Se você perguntasse qual pedaço da palavra suméria corresponde ao pronome “o” na tradução “quando ele o tinha feito adequado para ela”, a resposta teria que ser... nada – ou melhor, um tipo muito particular de nada: o nada que ocupa o compartimento vazio no meio da palavra. A tecnologia é tão apurada que mesmo um não-som, quando disposto em uma posição particular, pode assumir uma função específica. Quem pode ter imaginado uma geringonça tão intrincada?

Minha própria curiosidade sobre essas questões surgiu quando, na infância, deparei pela primeira vez com uma estrutura estranha e complexa em uma língua estrangeira: o sistema de casos do latim. Naquela época, eu não estava particularmente incomodado pela ideia de que aprender uma língua envolvia memorizar pilhas de palavras novas e complicadas. Mas esse sistema latino trazia um conceito totalmente incomum, que parecia intrigante mas também um tanto assustador. Em latim, os substantivos não têm apenas uma forma, mas vêm em muitos formatos e tamanhos diferentes. Toda vez que se usa um substantivo, ele deve vir com uma terminação, que especifica seu papel exato na frase. Por exemplo, você usa a palavra *cactus* quando diz “o cacto me espetou”, mas se é você que o espeta, então você deve dizer *cactum*. Quando você é espetado “pelo cacto”, diz *cacto*; para pegar a fruta “do cacto”, você precisa dizer *cacti*. E caso você queira falar diretamente com um cacto (“Ó, cacto, como são afiados seus espinhos!”), então você terá que usar uma outra terminação – *cacte*. Cada palavra tem até seis desses diferentes “casos”,⁴ e cada caso tem terminações distintas para o singular e para o plural. Só para dar uma ideia da complexidade desse sistema, o conjunto de terminações para o substantivo *cactus* é dado a seguir:

4. Todos os termos linguísticos usados neste livro são explicados no glossário, que começa na página 459.

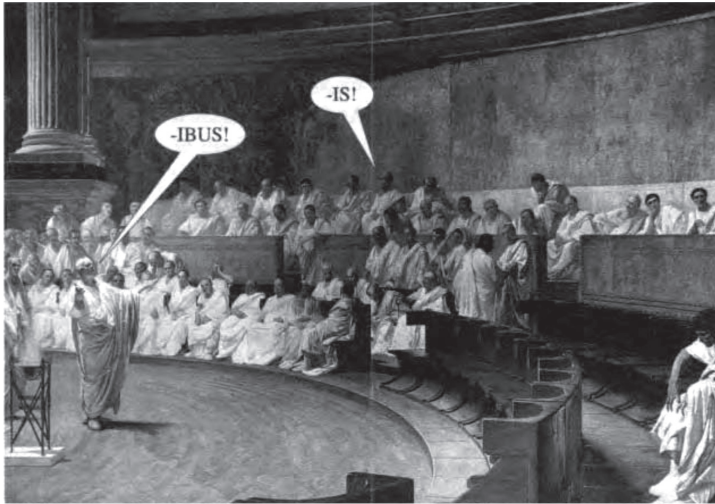
<i>cact-us</i>	“o cacto (me espetou)”	<i>cact-i</i>	“os cactos (me espetaram)”
<i>cact-e</i>	“ó, cacto!”	<i>cact-i</i>	“ó, cactos!”
<i>cact-um</i>	“(eu espetei) o cacto”	<i>cact-os</i>	“(eu espetei) os cactos”
<i>cact-i</i>	“do cacto”	<i>cact-orum</i>	“dos cactos”
<i>cact-o</i>	“ao cacto”	<i>cact-is</i>	“aos cactos”
<i>cact-o</i>	“pelo cacto”	<i>cact-is</i>	“pelos cactos”

Como se isso já não fosse ruim o bastante, as terminações não são as mesmas para todos os substantivos. Existem não menos que cinco grupos diferentes de substantivo, cada um com um conjunto inteiramente distinto de terminações. Por exemplo, se você quiser falar sobre um espinho, em vez de um cacto, precisa memorizar um outro conjunto inteiro de terminações.

Enquanto eu me esforçava para aprender de cor todas as terminações de caso do latim, criei sentimentos bastante fortes sobre a questão, mas não tinha muita certeza se era um caso de amor ou de ódio. De um lado, a teia elegante de significados e formas causou um forte impacto em mim. Aqui estava uma estrutura notável, baseada em uma ideia simples mas inspirada: usar uma pequena terminação no substantivo para determinar a sua função na frase. Esse mecanismo simples torna o latim tão conciso que ele pode expressar elegantemente, com poucas palavras, o que seria dito apenas por meio de frases mais longas em línguas como o português. Por outro lado, o sistema de casos latino também parecia ao mesmo tempo arbitrário e desnecessariamente complicado. Por que, por exemplo, tinha que haver tantos grupos de terminações para todos os diferentes grupos de substantivos? Por que não ter apenas um conjunto de terminações – um modelo que servisse a todos? Porém, acima de tudo, havia uma questão que eu não conseguia tirar da cabeça: quem teria inventado todas essas terminações, para início de conversa? E se elas não foram

inventadas, de que outro modo um sistema de convenções tão elaborado poderia ter surgido?

Eu tinha visões infantis dos anciões da antiga Roma, reunidos em um dia quente de verão e debatendo sobre quais deveriam ser as terminações de caso. Primeiro eles decidem por voto que *-orum* seria a terminação de plural do caso “genitivo” (“dos cactos”), e então começam a discutir sobre a terminação de plural do caso “dativo” (“aos cactos”). Um grupo opta por *-is*, mas outro defende, de forma apaixonada, a terminação *-ibus*. Depois de um debate acalorado, eles finalmente concordam em chegar a um meio-termo amigável. Decretam que os substantivos naquela língua serão divididos em grupos diferentes, e que alguns substantivos terão a terminação *-is*, enquanto outros ficarão com *-ibus*.



Contudo, pondo os pés no chão, de alguma forma eu suspeitava que aquele cenário não era muito provável. Ainda assim, não conseguia imaginar nenhuma alternativa plausível que explicasse de onde todas essas terminações poderiam ter brotado. Se esse intrincado sistema de convenções não tinha sido projetado

por algum arquiteto e aprovado por uma assembleia pré-histórica,⁵ então de que outro modo ele pode ter aparecido?

É claro que eu não fui o primeiro a ficar perplexo com esses problemas. Até onde a memória alcança, as origens das construções engenhosas da linguagem têm instigado as mentes dos pensadores e a imaginação dos criadores de mitos. Em séculos mais afastados, a resposta para todas essas perguntas estava manifesta nas Escrituras: como tudo mais no céu e na terra, a língua *foi* inventada, e a identidade do inventor explicava sua miraculosa engenhosidade. A linguagem declarava a glória de Deus, e seu sucesso mostrava o trabalho divino.

Mas se a linguagem foi de fato divinamente criada e revelada a Adão em sua forma completa, então como explicar seus inúmeros aspectos que estão longe da perfeição? Para começar, por que a humanidade deveria falar tantas línguas diferentes, cada uma ostentando sua própria formidável seleção de complexidades e irregularidades? A Bíblia, é claro, tem uma explicação até para esses problemas. Deus logo se arrependeu por ter dado a linguagem à humanidade, pois essa ferramenta, poderosas demais, e as palavras lhes haviam dado a imaginação para cobiçar ainda mais poder. A ambição deles não tinha limites, “e eles disseram: ‘Vinde, edifiquemos para nós uma cidade e uma torre, cujo cume atinja os céus’”. E assim, para barrar o seu orgulho arrogante, Deus espalhou as pessoas pela face da Terra e confundiu suas línguas. A desordenada multiplicidade de línguas poderia, portanto, ser explicada como a punição divina pela soberba humana.

A história da Torre de Babel é uma evocação notável do poder da linguagem, e é certamente uma premonição dos excessos que esse poder tornou possível. Tomadas literalmente, contudo, nem a invenção pelo *fiat* divino nem a dispersão como punição

5. N.T.: O termo “pré-histórico” neste livro refere-se simplesmente à história antes do advento da escrita.

pela insensatez humana parecem plausíveis atualmente. Mas será que alguém já propôs uma explicação mais convincente?

No século XIX, quando o estudo científico da linguagem começou a sério, parecia a princípio que a solução não tardaria muito a chegar. Assim que os linguistas examinassem sistematicamente a história da linguagem, e tivessem êxito em compreender talvez seu traço mais surpreendente – as incessantes mudanças que afetam palavras, sons e mesmo estruturas linguísticas ao longo dos anos –, eles certamente encontrariam a chave para todos os mistérios e descobririam como todo o edifício das convenções linguísticas pôde surgir. Infelizmente, quando os linguistas mergulharam na história das línguas europeias, o que eles começaram a trazer à tona não foi como estruturas complexas cresciam, mas, em vez disso, como as antigas haviam entrado em colapso, uma atrás da outra. Para citar apenas um exemplo, o poderoso sistema de casos latino primeiro se fraturou e depois, num segundo momento, se despedaçou, quando as terminações nos substantivos se desgastaram e desapareceram. Um substantivo como *annus* (“ano”), que em latim clássico ainda tinha oito terminações distintas para casos diferentes no singular e no plural (*annus, anne, annum, anni, anno, annos, annorum, annis*), acabou numa de suas línguas-filhas, o italiano, com apenas duas formas distintas intactas: *anno* no singular (sem nenhuma diferenciação de caso) e *anni* no plural. Em outra língua-filha, o francês, a palavra se encolheu ainda mais, até chegar à forma *an*, que não tem terminações; na língua falada nem mesmo a distinção entre singular e plural foi mantida no substantivo, já que o singular *an* e o plural *ans* são normalmente pronunciados da mesma forma – algo como {ã} (chaves são usadas aqui para marcar pronúncia aproximada).

E não são só os descendentes do latim ou só os sistemas de casos que sofreram uma desintegração tão grande. Línguas antigas como o sânscrito, o grego e o gótico exibiam não apenas sistemas de casos altamente complexos para os substantivos, mas

sistemas de terminações ainda mais complexos para os verbos, que eram usados para expressar uma gama de intrincadas nuances de significado. Porém, mais uma vez, a maioria dessas estruturas não sobreviveu ao passar do tempo, e desmoronaram nos descendentes modernos. Parecia que, quanto mais os linguistas escavavam a história, mais impressionante era a composição das palavras que eles encontravam; porém, ao seguir o movimento das línguas pelo tempo, os únicos processos que conseguiam discernir eram a desintegração e o colapso.

Todos os sinais, então, pareciam apontar para uma Era Dourada que existiu em algum lugar no alvorecer da pré-história (logo antes de os registros escritos surgirem), quando as línguas ostentavam estruturas perfeitamente formadas, especialmente com séries elaboradas de terminações nas palavras. Mas em algum estágio subsequente, e por alguma razão desconhecida, as forças da destruição foram lançadas sobre as línguas e começaram a fustigar os edifícios cuidadosamente elaborados, desgastando todas essas terminações. Então, estranhamente, o que os linguistas estavam descobrindo parecia apenas confirmar a essência do relato bíblico: Deus deu a Adão uma língua perfeita há uns 6 mil anos, e, desde então, nós só a bagunçamos.

A natureza depressivamente unilateral das mudanças linguísticas deixou os estudiosos em uma situação um tanto desesperadora, dando origem a algumas tentativas igualmente desesperadas de explicá-la. Uma teoria influente defendia que as línguas se dedicaram a desenvolver estruturas mais complexas somente na era pré-histórica – aquele período que não pode ser observado – porque, naquele tempo, as nações estavam ocupadas juntando todas as suas forças no aperfeiçoamento da linguagem. Assim que uma nação subia aos palcos da história, no entanto, toda a sua energia criativa era direcionada para o “fazer história”; não havia energia suficiente para a onerosa tarefa de construir a linguagem. E foi assim que as forças da destruição atacaram a

língua dessa nação, e suas estruturas gradualmente racharam e desmoronaram.

Seria essa fábula realmente o melhor que os linguistas podiam propor? Certamente haveria um cenário mais plausível em que, ao lado das forças de destruição na linguagem, haveria também algumas formas criativas e regenerativas em ação, processos naturais que podem moldar e renovar sistemas de convenções. Afinal, é improvável que as forças que originalmente criaram as impecáveis estruturas pré-históricas simplesmente tenham parado de funcionar em um ponto aleatório alguns milênios atrás, somente porque alguém decidiu dar início ao cronômetro da história. Sendo assim, as forças da criação ainda devem estar por aí, em algum lugar. Mas onde? E por que elas são bem mais difíceis de avistar que as mais que evidentes forças destrutivas?

Levou muito tempo até que os linguistas conseguissem demonstrar que as forças da criação não estão confinadas à pré-história remota, mas que estão firmes e fortes mesmo nas línguas modernas. De fato, foi apenas nas últimas décadas que os linguistas começaram a contemplar toda a magnitude dessas forças criativas, e juntaram provas suficientes, a partir de centenas de línguas pelo mundo, que permitiram chegar a uma compreensão mais profunda do seu comportamento. Depois de tudo isso, agora os linguistas são capazes de apresentar um quadro mais nítido de como edifícios linguísticos imponentes podem surgir e de como intrincados sistemas de convenções gramaticais podem se desenvolver quase que por vontade própria. Portanto, hoje, é finalmente possível lidar com algumas das questões que por tanto tempo pareciam tão intratáveis.



Este livro se propõe a desvendar alguns dos segredos da linguagem, e, assim, tentar desfazer o paradoxo dessa grande invenção não inventada. Partindo das descobertas recentes da

linguística moderna, tentarei expor as forças ardilosas da criação e revelar como a elaborada estrutura da linguagem pode ter surgido (o capítulo seguinte irá descrever em mais detalhe o que é “estrutura” – das tramas de terminações nas palavras às regras para a combinação de palavras em frases –, mostrando como ela permite que comuniquemos pensamentos e ideias infinitamente complexos). O objetivo último, que nos levará até o fim deste livro, será embarcar em um passeio acelerado pelo desenrolar da linguagem. Partindo de uma época pré-histórica, quando nossos ancestrais tinham apenas nomes para alguns objetos e ações e somente sabiam combiná-los em enunciados primitivos como “trazer água” ou “atirar lança”, tentaremos rastrear a emergência da complexidade linguística e ver como a extraordinária sofisticação das línguas atuais pode ter gradualmente evoluído.

À primeira vista, esse objetivo pode parecer ambicioso demais: como alguém pode presumir que sabe o que aconteceu em tempos pré-históricos sem cair no faz de conta? Os registros escritos que de fato temos de qualquer língua se estendem no máximo a 5 mil anos no passado, e as línguas que se conhecem daquela época não eram de forma alguma “primitivas” (pense, por exemplo, no sumério, a primeira língua registrada, com suas palavras-frases habilmente projetadas, como *munintuma’a*, e com basicamente o repertório completo dos traços complexos encontrados em qualquer língua). Isso quer dizer que o estágio primitivo a que acabei de me referir, e que pode ser vagamente chamado de estágio “mim, Tarzan”, deve estar situado muito antes do início dos registros, bem lá atrás no passado pré-histórico. Para piorar as coisas, ninguém sequer sabe quando as línguas complexas começaram a evoluir (mais sobre isso depois). Sem qualquer âncora segura no tempo, de que modo os linguistas podem esperar reconstruir o que pode ter acontecido naquele período remoto?

O cerne da resposta é um dos *insights* fundamentais da linguística: *o presente é a chave para o passado*. Esse princípio, que foi

tomado da geologia no século XIX, porta o intimidador rótulo de “uniformitarismo”, mas corresponde a uma ideia que é tão simples quanto poderosa: as forças que criaram os elaborados traços da linguagem não se limitam à pré-história, mas devem estar operando até agora, ocupadas, criando estruturas novas nas línguas de hoje em dia. Assim sendo, e talvez de modo surpreendente, a melhor maneira de descortinar o passado não é apenas contemplar as runas já gastas em pedras antigas, mas também examinar as línguas dos tempos atuais.

Nada disso quer dizer, é claro, que revelar as forças criativas da linguagem, mesmo nas línguas de hoje em dia, seja uma empreitada trivial. De qualquer modo, graças às descobertas feitas pelos linguistas nos últimos anos, perseguir as fontes da criação se tornou um desafio que vale a pena encarar, e apresento abaixo, em resumo, como proponho dar conta dele.

O primeiro capítulo dará uma ideia mais clara do que vem a ser “a estrutura da língua”, se esgueirando atrás das cenas da linguagem e explorando um pouco da maquinaria que a faz funcionar. Então, tendo focado no objeto de pesquisa, podemos começar a examinar as transformações que as línguas sofrem ao longo do tempo. O primeiro desafio será entender por que as línguas não permanecem estáticas, por que elas mudam tão radicalmente através dos anos, e como elas conseguem fazer isso sem provocar um colapso completo na comunicação. Assim que os principais motivos para a inquietação perpétua das línguas tiverem sido delineados, vamos atacar a parte principal – investigar os próprios mecanismos da mudança.

As primeiras a serem examinadas por nossa lupa serão as forças da destruição, pois a devastação que elas causam é talvez o aspecto mais notável da volatilidade linguística. E, curiosamente, o que emergirá é que essas forças de destruição são também meios para entendermos a criação e a regeneração. Sobretudo, elas serão indispensáveis para resolvermos uma questão chave: a origem

das matérias-primas para a estrutura da linguagem. De onde, por exemplo, pode ter vindo toda a parafernália das terminações de caso (como as do latim *-us*, *-e*, *-orum*, *-ibus* etc.)? Uma coisa é certa: na língua, como em tudo mais, nada vem do nada. Apenas muito raramente as palavras são “inventadas” a partir do zero (a palavra inglesa *blurb* (um pequeno informe publicitário), inventada pelo humorista americano Gelett Burgess, em 1951, é considerada uma das exceções). É certo que elementos gramaticais não foram concebidos em uma assembleia pré-histórica em um dia de verão, nem emergiram da fervura do caldeirão de algum alquimista. Sendo assim, elas devem ter se desenvolvido a partir de algo que já estava à mão. Mas de quê?

A resposta pode ser um pouco chocante. A fonte última dos elementos gramaticais é nada mais nada menos do que as palavras mais mundanas do dia a dia, substantivos e verbos desprezíveis como as palavras *head* (“cabeça”) ou *go* (“ir”) do inglês e ‘ir’ e ‘haver’ do português. De algum modo, com o passar o tempo, palavras simples como essas podem passar por cirurgias drásticas e se tornarem seres bastante diferentes: terminações de caso, preposições, marcadores de tempo verbal, entre outros. Para descobrir como essas metamorfoses ocorreram, teremos que cavar a superfície da língua e expor alguns de seus aspectos familiares sob uma luz não muito familiar. Por enquanto, apenas para dar um gostinho do tipo de transformações que encontraremos, pense no verbo *go* (“ir”) do inglês – certamente uma das mais simples e modestas das palavras. Em expressões como *go away!* (“vá embora!”) ou *she’s going to Basingstoke* (“ela está indo para Basingstoke”), *go* denota apenas um movimento de um lugar a outro. Mas agora observe estas frases:

Is the rain ever <i>going to stop</i> ?	A chuva <i>vai</i> parar uma hora?
She’s <i>going to think about it</i> .	Ela <i>vai</i> pensar sobre isso.

Aqui, como as traduções para o português evidenciam, *go* tem pouco a ver com qualquer tipo de movimento: a chuva não vai a algum lugar (literalmente) para parar – na verdade, ela não tem nenhum plano de ir a lugar nenhum, nem alguém vai realmente a algum lugar para pensar. A expressão *going to* meramente indica que o evento acontecerá em algum momento do futuro. De fato, *be going to* pode ser substituído por *will* nesses exemplos, sem qualquer alteração no seu significado básico.⁶

Will the rain ever stop?
She *will* think about it.

O que será que está acontecendo aqui? *Go* começa sua vida como um verbo totalmente normal, com um sentido diretamente relacionado a movimento. Mas, de algum modo, a construção *going to* adquiriu uma função completamente diferente, e passou a ser usada como um elemento gramatical, um marcador de tempo futuro. Nesse papel, a construção *going to* pode ser até abreviada para *gonna*, pelo menos na fala informal:

Is the rain ever *gonna* stop?
She's *gonna* think about it.

No entanto, se você tentar fazer a mesma contração quando *go* é ainda usado no sentido original de movimento, dará com os burros n'água. Não importa o quão coloquial seja o estilo ou o quão improvisado o ambiente, você simplesmente não pode dizer em inglês *I'm gonna Basingstoke*. Assim, *going to* parece ter desenvolvido

6. N.T.: Em português também há duas opções para a marcação do tempo futuro: o uso do auxiliar 'ir', muito comum e bastante difundido em todas as variedades do português brasileiro, e a forma sintética do verbo ("A chuva *parará* uma hora?"; "Ela *pensará* sobre isso."), que é mais tipicamente usada por pessoas com maior grau de escolaridade e quase exclusivamente na língua escrita.

um tipo de existência esquizofrênica, pois, se por um lado ele ainda ocorre com seu sentido original “normal” (*she's going to Bakinstoke*), por outro ele adquiriu um alter-ego que se transformou em um elemento da gramática. Ele tem uma função diferente, um significado diferente e até mesmo adquiriu a possibilidade de ser pronunciado diferentemente.

Obviamente, *gonna* é apenas um elemento gramatical muito simples – certamente nada muito empolgante. Mas embora *gonna* possa parecer um exemplo menor da “estrutura da língua”, muito diferente das grandes arquiteturas como o sistema de casos latino, as transformações que deram vida a ele encapsulam muitos dos princípios básicos por trás da criação de novos elementos gramaticais. Logo, quando suas peculiaridades estiverem expostas, elas nos levarão a entender como edifícios linguísticos muito mais imponentes puderam ser erguidos.

Por fim, assim que os princípios da criação linguística começarem a revelar seus segredos, e uma vez que as principais forças que dão vida a novas estruturas gramaticais forem expostas, será possível sintetizar todas essas descobertas por meio de um ambicioso experimento mental e projetá-las para o passado remoto. Ao fim do livro, eu convidarei você para embarcar numa excursão pelo desenrolar da linguagem, começando pelo estágio primitivo do “mim, Tarzan” e chegando até a sofisticação da língua dos dias de hoje.



Antes de começarmos, contudo, há duas objeções potenciais às quais precisamos responder. Em primeiro lugar, por que eu não disse nada sobre o que poderia ter acontecido antes do estágio “mim, Tarzan”? Por que nossa história tem que começar tão “tarde” na evolução da linguagem, quando já existiam palavras, e não no começo, milhões de anos atrás, quando os primeiros hominídeos

estavam descendo das árvores e dando seus primeiros grunhidos? A razão de não podermos começar tão cedo é bastante clara: o estágio “mim, Tarzan” é também o limite do nosso conhecimento. No momento em que as línguas já possuem palavras, elas se tornam suficientemente similares às línguas de hoje, permitindo-nos traçar possíveis paralelos entre aquele tempo e o nosso. Por exemplo, é plausível supor que os primeiros elementos gramaticais surgiram na pré-história da mesma maneira que novos elementos gramaticais se desenvolvem nas línguas de hoje. Mas não é muito fácil espiar para além do estágio “mim, Tarzan”, para um tempo no qual as primeiras palavras emergiram, porque não temos nem paralelos contemporâneos nem quaisquer outras fontes de evidência em que nos apoiar. Atualmente, não há sistemas de comunicação que se encontrem no processo de desenvolver suas primeiras palavras. O paralelo mais próximo é provavelmente o balbuciar dos bebês, mas ninguém sabe em que medida, se é que existe alguma, o desenvolvimento das habilidades linguísticas de crianças individuais replica a evolução da linguagem na raça humana. E, certamente, não há hominídeos por aí com os quais os linguistas possam testar suas teorias. Tudo o que temos são uns poucos machados de mão e alguns ossos secos, e eles não dizem nada sobre como a linguagem começou. De fato, os artefatos e fósseis não servem nem para estabelecer com precisão *quando* a linguagem começou a se desenvolver. Nada ilustra melhor nosso estado de ignorância do que o espectro de estimativas que temos para quando a linguagem pode ter surgido – até agora, os pesquisadores conseguiram estreitar esse espectro para algum momento entre 40 mil e 1 milhão e meio de anos atrás.

Alguns linguistas acreditam que o *Homo erectus*, há mais ou menos 1 milhão e meio de anos, já tinha uma linguagem bastante similar ao que eu tenho chamado de estágio “mim, Tarzan”. Os argumentos que eles dão são que o *Homo erectus* tinha um cérebro relativamente grande, usava ferramentas de pedra primitivas porém

bastante padronizadas, e provavelmente também controlava o uso do fogo. Essa hipótese pode ser verdadeira, é claro, mas pode também estar bem longe do correto. O uso de ferramentas certamente não requer linguagem: mesmo chimpanzés usam galhos como ferramentas para caçar cupins, ou pedras para quebrar nozes. Além do mais, o manuseio de pedras pelos chimpanzés não é um instinto, mas sim uma atividade “culturalmente transmitida”, encontrada apenas em alguns grupos. A habilidade é ensinada pelas mães para seus filhos, e isso é feito sem a ajuda de algo que seja similar a uma língua humana. Obviamente, mesmo as ferramentas mais primitivas do *Homo erectus* (pedras lascadas chamadas de “bifaces”) são muito mais sofisticadas que qualquer coisa usada por chimpanzés, mas ainda assim não há uma razão convincente para crer que essas pedras não pudessem ter sido produzidas sem linguagem, e transmitidas de geração a geração por imitação. O tamanho do cérebro é igualmente problemático como indicador da presença de linguagem, porque, no fim das contas, ninguém tem uma boa ideia de quanto cérebro exatamente é necessário para a linguagem. Além disso, a capacidade para a linguagem pode ter permanecido latente no cérebro por milhões de anos, sem ter sido de fato colocada em uso. Afinal de contas, até os chimpanzés, quando treinados por humanos, podem ser ensinados a se comunicar de uma forma muito mais sofisticada do que o fazem naturalmente. Assim sendo, mesmo que o cérebro do *Homo erectus* tivesse a capacidade para algo que lembre a linguagem humana, essa não é uma razão convincente para assumir que essa capacidade tenha sido usada. Os argumentos a favor de uma data mais antiga para o surgimento da linguagem são, portanto, bastante questionáveis.

No entanto, os argumentos para uma data mais recente também são muito especulativos. A maioria dos cientistas acredita que a linguagem humana (e aqui eu incluo o estágio “mim, Tarzan”) não poderia ter surgido antes de o *Homo sapiens* (ou seja, os humanos anatomicamente modernos) aparecer em cena, por volta de 150 mil

anos atrás. Alguns argumentos para essa abordagem se ancoram no formato e posição da laringe, que, nos primeiros hominídeos, era mais alta que no *Homo sapiens*, e, como consequência, não permitia a produção de toda a gama de sons que podemos produzir. De acordo com alguns pesquisadores, os hominídeos anteriores ao *Homo sapiens* não podiam produzir, por exemplo, a vogal *i*. Mas, ao fim e ao cabo, isso não diz muita coisa, pois, por tudo o que se sabe, é perfeitamente possível exister uma língua totalmente respeitável sem a vogal *i*. Vários pesquisadores propuseram uma data muito mais recente para a origem da linguagem, e a conectaram com uma “explosão” nas artes e na tecnologia entre 50 e 40 mil anos atrás. Nesse tempo, começamos a achar evidências irrefutáveis de arte na África Oriental, como cascas de ovos de avestruz do Quênia moldadas em contos com formato de disco e com um orifício central muito preciso. Um pouco mais tarde, depois de 40 mil anos atrás, as pinturas nas cavernas da Europa forneceram sinais ainda mais impressionantes de criatividade artística. Segundo alguns linguistas, é apenas quando há evidência de tais artefatos simbólicos (e não apenas ferramentas funcionais) que o uso da “língua humana” pode ser dado como certo, porque, no fim das contas, a qualidade quintessencial da língua é sua natureza simbólica, a comunicação por meio de sinais que significam alguma coisa apenas por convenção e não porque eles soam de modo semelhante ao objeto a que se referem. Há ainda outras pistas estonteantes da capacidade de nossos ancestrais por volta dessa época. Algum tempo antes de 40 mil anos atrás, os primeiros colonizadores humanos chegaram à Austrália, e dado que para chegar lá eles precisariam ter construído meios para se mover sobre a água, muitos pesquisadores afirmam que esses primeiros colonizadores teriam tido necessidade de comunicar entre si instruções bastante elaboradas.

Mais uma vez, contudo, é preciso um pouco de cautela. Em primeiro lugar, um corpo de evidência em constante crescimento parece lançar dúvidas sobre a “explosividade” da explosão em artes

e tecnologia, e está empurrando a data dos primeiros artefatos simbólicos cada vez mais para trás. Por exemplo, pesquisadores recentemente descobriram conchas perfuradas em uma caverna sul-africana que parecem ser claros sinais de arte simbólica de cerca de 75 mil anos atrás. Portanto, o “comportamento humano moderno”, como rotularam alguns arqueólogos, pode ter surgido muito antes da suposta data de cerca de 50 mil anos atrás, e pode ter se desenvolvido de modo muito mais gradual do que às vezes se presume.

Além disso, não há conexões necessárias entre avanços na arte e na tecnologia e avanços na linguagem. Para tomar um exemplo óbvio, a explosão tecnológica que experienciamos atualmente certamente não foi inspirada por um aumento na complexidade da linguagem, nem qualquer avanço na linguagem foi responsável pela revolução industrial ou por qualquer outro salto tecnológico durante o período histórico. E há ainda uma razão mais forte para termos cautela. Se a tecnologia foi sempre um indicador de façanhas linguísticas, então poderíamos esperar que as sociedades de caçadores-coletores, que têm a mais simples das tecnologias, tivessem línguas muito simples e primitivas. A realidade, entretanto, não poderia ser mais diferente. Pequenas tribos, com tecnologia da idade da pedra, falam línguas cujas estruturas podem às vezes fazer o latim e o grego parecerem brincadeiras de criança. “Quando se trata da forma linguística, Platão anda lado a lado com o guardador de porcos macedônio, e Confúcio com o selvagem caçador de cabeças de Assam”, como uma vez declarou o linguista americano Edward Sapir (mais adiante, argumentarei inclusive que alguns aspectos linguísticos tendem a ser *mais* complexos em sociedades mais simples).

Nem é preciso dizer que a falta de qualquer informação confiável sobre quando e como a língua primeiro apareceu não impediu que as pessoas especulassem sobre isso, muito pelo contrário – por séculos, imaginar como a língua evoluiu na espécie

humana tem sido um dos passatempos prediletos de muitos pensadores importantes. Uma das teorias mais originais certamente foi a do francês Jean-Pierre Brisset, que, em 1900, demonstrou como a linguagem humana (o francês, mais precisamente) desenvolveu-se diretamente do coaxar de sapos. Um dia, enquanto Brisset estava observando sapos em um lago, um deles o olhou diretamente nos olhos e coaxou *coac*. Depois de alguma ponderação, Brisset percebeu que o que o sapo estava dizendo era simplesmente uma versão abreviada da questão *quoi que tu dis?* (“o que você diz?”). Assim, ele foi adiante e derivou toda a linguagem por meio de permutações e combinações de *coac coac*.

É preciso admitir que, mais de um século depois, os padrões de especulação melhoraram muito. Atualmente, os pesquisadores podem contar com os avanços em neurologia e com simulações computacionais para dar a seus cenários um tom mais científico. Ainda assim, apesar de todo o progresso, as especulações continuam não menos especulativas, como demonstra a impressionante gama de teorias em circulação sobre como as primeiras palavras surgiram: a partir de gritos e chamados; de gestos manuais e línguas de sinais; da habilidade de imitar; da habilidade de enganar; do cuidado com o outro; do canto; da dança e do ritmo; da mastigação; do chupar e do lambar; e a partir de praticamente quaisquer atividades possíveis. O ponto é que, enquanto não tivermos evidência, todos esses cenários continuam a ser apenas faz de conta. Eles são em geral fascinantes, muitas vezes divertidos, e às vezes até plausíveis – mas, ainda assim, não são muito mais que fantasia.

Claro, isso significa que nossa história da linguagem deve permanecer incompleta. Mas, em vez de lamentar sobre o que nunca poderemos saber, podemos explorar a parte que está ao nosso alcance. E não se trata apenas de uma parte substancial, mas também espetacular.



A segunda objeção que pode ser feita contra a abordagem que delineei é potencialmente muito mais séria, e tem a ver com a questão do “inatismo”: quanto da estrutura da linguagem já está codificada em nossos genes? Leitores familiares com o debate sobre essa questão podem se perguntar de que modo a exploração dos processos de mudança linguística pode se encaixar com a visão – defendida nas últimas décadas na obra de Noam Chomsky e pelo influente programa de pesquisa que ele inspirou – de que elementos importantes da linguagem estão especificados em nossos genes. Linguistas da escola “inatista” acreditam que algumas das regras fundamentais da gramática são biologicamente pré-programadas, e que o cérebro dos bebês já está equipado com um kit de ferramentas especial para lidar com estruturas gramaticais complexas, de modo que eles não precisam aprender essas estruturas quando adquirem sua língua materna.

Muitas pessoas de fora do campo da linguística ficam com a impressão de que há um consenso já estabelecido entre os linguistas sobre a questão do inatismo. A realidade, entretanto, não poderia ser mais diferente. Coloque cinco linguistas numa sala e peça a eles para que discutam o inatismo – há boas chances de que você ouvirá pelo menos sete opiniões contraditórias, defendidas feroz e apaixonadamente. A razão por trás de tanto desacordo é bastante simples: ninguém de fato *sabe* o que já está biologicamente programado no cérebro, e portanto ninguém sabe realmente o quanto da linguagem é instinto (em geral, quando alguma coisa se torna conhecida como fato, resta pouco espaço para controvérsias fascinantes; não há mais debates calorosos, por exemplo, sobre se a Terra é redonda ou plana, e sobre se ela gira em torno do Sol ou vice-versa). Obviamente, há alguns fatos básicos do inatismo com os quais todos concordam; o mais importante deles talvez seja a impressionante habilidade de as crianças adquirirem qualquer língua

humana. Pegue um bebê de qualquer parte do globo e jogue-o em qualquer lugar da Terra – por exemplo, na parte indonésia de Bornéu –, e dentro de poucos anos ele crescerá e falará um indonésio fluente e perfeito.

Que tal habilidade é exclusiva dos bebês *humanos* também é claro. Em Bornéu, é ainda uma prática infelizmente comum atirar em fêmeas de orangotango e criar seus filhotes como animais de estimação. Às vezes, esses símios são criados lado a lado com bebês humanos da mesma idade, mas os orangotangos nunca aprendem indonésio. E, apesar dos mitos populares, nem mesmo chimpanzés podem aprender uma língua humana, embora alguns chimpanzés em cativeiro tenham desenvolvido impressionantes habilidades comunicativas. No começo da década de 1980, um chimpanzé pigmeu (ou bonobo) chamado Kanzi fez história ao se tornar o primeiro símio a aprender a se comunicar com humanos sem um treinamento formal. O bebê Kanzi, nascido no *Language Research Center* (Centro de Pesquisas em Linguagem) da Universidade do Estado da Geórgia, em Atlanta, brincava com sua mãe durante as sessões de treinamento dela, quando os pesquisadores tentavam ensiná-la (sem sucesso) a se comunicar apontando símbolos pictóricos. Os treinadores ignoravam o bebê porque pensavam que ele ainda era muito jovem para aprender, mas, sem eles desconfiarem, Kanzi estava absorvendo mais do que sua mãe, e, enquanto ele crescia, desenvolveu habilidades cognitivas e comunicativas muito superiores às de qualquer símio antes dele. Como adulto, atesta-se que ele consegue usar mais de 200 símbolos diferentes e que entende cerca de 500 palavras e até mesmo algumas frases simples. Embora esse Einstein do mundo dos chimpanzés tenha mostrado que os símios podem se comunicar de um modo muito mais inteligente do que jamais se pensara possível, e assim tenha nos forçado a abrir mão, em certa medida, de nosso esplêndido isolamento cognitivo, nem mesmo Kanzi conseguiu juntar palavras

de um modo que lembre, ainda que de longe, a complexidade da linguagem humana.

O cérebro humano é o único com a estrutura necessária para dominar a linguagem humana – isso é incontroverso. Mas o truísmo de que estamos preparados de modo inato com o que é preciso para aprender uma língua não diz muito para além do óbvio. Certamente não revela se as *especificidades* da gramática já estão codificadas nos genes, ou se tudo o que é inato é um *design* cognitivo muito mais geral. E é sobre isso que gira a controvérsia, por vezes intensa e frequentemente amarga. No fim das contas, deve haver apenas uma verdade por trás dessa grande agitação – afinal, em teoria, os fatos deveriam ser todos verificáveis. Um dia, talvez, os cientistas estejam em condições de mapear e interpretar as atividades dos neurônios cerebrais com tamanha precisão que sua estrutura se torne tão livre de mistério quanto a forma da Terra. Mas, por favor, espere sentado, porque isso provavelmente vai demorar. Apesar dos incríveis avanços em neurologia, os cientistas ainda estão muito distantes de observar diretamente de que forma qualquer tipo de informação abstrata, como uma regra gramatical, pode estar codificada no cérebro, seja como *hardware* (o que está nos genes), seja como *software* (o que é aprendido). Desse modo, nunca é demais ressaltar que, quando os linguistas debatem apaixonadamente sobre o que exatamente é inato, eles não baseiam suas afirmações em observações factuais da presença – ou ausência – de uma certa regra gramatical nos neurônios de algum bebê. Esse ponto um tanto óbvio deve ser enfatizado porque leitores de fora do campo da linguística precisam desenvolver um desrespeito saudável pelos argumentos mobilizados por todas as posições do debate. Fatos incontroversos ainda são poucos e esparsos, e as afirmações e contra-afirmações são, em sua maioria, baseadas em inferências indiretas e em opções subjetivas do que seja uma explicação mais “plausível”.

A mais importante dessas batalhas com relação à plausibilidade foi disputada em um terreno um tanto distante de nossa exploração histórica. O debate é conhecido entre os linguistas como o argumento da “pobreza de estímulo”, e gira em torno de um eterno milagre: a fala que sai da boca de bebês e lactentes. Como é que as crianças conseguem adquirir linguagem com aparentemente tão pouca dificuldade? E quanto da linguagem as crianças podem realmente aprender com base na evidência a que são expostas? Chomsky e outros linguistas argumentaram que as crianças conseguem adquirir linguagem a partir de evidências escassas e insuficientes (em outras palavras, de um “estímulo pobre”). Afinal, à maioria das crianças não se ensina sua língua materna sistematicamente, e, ainda mais importante, elas não são expostas a “evidências negativas”: raramente sua atenção é voltada para frases incorretas ou agramaticais. E ainda assim as crianças não apenas conseguem adquirir as regras de sua língua, como há uma variedade de erros que elas nunca cometem. Chomsky argumentou que, dado que as crianças jamais poderiam determinar as regras corretas exclusivamente através da evidência a que foram expostas, a única explicação plausível para seu impressionante sucesso é que algumas regras da gramática já estavam implementadas em seu cérebro e, portanto elas nunca tiveram sequer que aprendê-las.

Outros linguistas, contudo, propuseram interpretações bastante diferentes. Muitos defendem que as crianças podem aprender mais a partir da evidência a que são expostas do que Chomsky originalmente afirmou, e que as crianças recebem muito mais estímulos do que Chomsky admite. Outros sustentam que as crianças não precisam dominar muitas das regras abstratas que Chomsky postula porque elas podem adquirir um conhecimento perfeito de sua língua aprendendo construções muito menos abstratas. Por fim, alguns linguistas invertem o argumento, afirmando que a razão pela qual as crianças conseguem aprender as regras de sua língua a partir do que parecem ser evidências escassas

é que a linguagem evoluiu de modo a ter apenas aquelas regras que podem ser corretamente inferidas com base em dados limitados.

O debate ainda está em curso. Mas, no que se segue, a questão da aprendizagem não será central, e por isso será fácil ficar bem longe do fogo cruzado da linha de frente. O aspecto psicológico da controvérsia “natureza *versus* cultura” não se fará sentir diretamente em nossa exploração histórica, por isso – pelo menos por um bom tempo – considerarei essa questão como não resolvida (se você quiser se embrenhar nos detalhes da controvérsia, poderá achar sugestões de leitura na nota da página 432). As páginas à frente também não lidarão com a questão biológica da estrutura e da forma do nosso cérebro. Em vez disso, nosso objetivo será explorar como podem se desenvolver na sociedade humana convenções comunicativas elaboradas. Em outras palavras, nosso objeto de investigação não será a evolução biológica, mas sim os processos que são às vezes referidos como “evolução cultural”: a emergência gradual de códigos de comportamento na sociedade, que são passados adiante de geração para geração.

Não obstante, é inevitável que a questão do inatismo paire em algum lugar ao fundo, e, pelo menos em algum sentido, espero que a exploração dos caminhos da evolução cultural possa trazer contribuições positivas para o debate. Os processos através dos quais novas estruturas linguísticas emergem podem oferecer uma nova perspectiva sobre quais elementos podem plausivelmente ser considerados como pré-existentes e, em particular, eles podem apontar para as áreas da estrutura da linguagem em que não é necessário invocar o inatismo. A ideia é bastante simples: parece implausível que traços específicos da estrutura da linguagem sejam pré-existentes no cérebro se eles poderiam ter evoluído apenas “recentemente” (digamos, nos últimos 100 mil anos) e se sua existência puder ser atribuída a forças naturais de mudanças que guiam as línguas até hoje. Dito de outro modo, os detalhes da estrutura da linguagem que podem ser associados à evolução

cultural não precisam estar codificados nos genes (embora a habilidade para aprendê-los e usá-los tenha obviamente que ser inata). Assim sendo, parece-me implausível que as *especificidades* de qualquer coisa mais sofisticada do que o estágio “mim, Tarzan”, ao qual voltaremos no capítulo 7, precisem ser pré-programadas.

Nas páginas que seguem, espero fazer uma defesa convincente dessa abordagem. Porém, não farei essa defesa investigando a plausibilidade ou não de certas mutações genéticas nos primeiros hominídeos nem explorando a composição dos cromossomos ou da química dos neurônios, e sim olhando para as evidências que a própria linguagem fornece em enorme abundância – nos registros escritos de civilizações perdidas e nas gírias faladas pelas ruas hoje em dia. Eu convido você, portanto, a embarcar na busca das elaboradas convenções de comunicação, e a descobrir como sistemas de uma sofisticação de tirar o fôlego podem surgir através do que parecem ser características mundanas e corriqueiras da fala cotidiana. Mas, antes de começarmos, é preciso identificar melhor o objeto de nossa busca: a misteriosa “estrutura da linguagem” – o que ela é, o que ela faz e como ela o faz tão habilmente.